



doi.org/10.51891/rease.v10i12.17642

IMPACTOS PSICOLÓGICOS E O DESGASTE DA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIS

Monica Marangoni Dezan ¹ Roclana Almeida da Costa² Suzanny Oliveira Mendes³

RESUMO: O presente estudo tem como propósito uma análise crítica, visando compreender os riscos que os profissionais de que atuam na área da Segurança Pública Prisional estão expostos, bem como relacionar os principais achados de transtornos mentais com os possíveis fatores que contribuem para o desenvolvimento e agravamento das doenças. Notou-se que os transtornos mentais mais relevantes que atingem a saúde mental do policial foram: depressão, transtornos de ansiedade e síndrome de burnout. Entre os fatores relacionados, podemos destacar as longas jornadas de trabalho e a pressão sofrida por esses agentes pelas instituições de segurança e sociedade. Por fim, conclui-se sobre a importância de estratégias para a inclusão do debate relacionado à saúde mental do policial penal, tão logo que os mesmos iniciem na carreira, promovendo acompanhamento psicológico de prevenção e tratamento dos transtornos mentais aos quais o policial penal está exposto.

Palavras-chave: Policial Penal. Saúde Mental. Segurança Pública.

ABSTRACT: The purpose of this study is a critical analysis, aiming to understand the risks that professionals working in the area of Public Prison Security are exposed to, as well as to relate the main findings of mental disorders with the possible factors that contribute to the development and aggravation of diseases. It was noted that the most relevant mental disorders affecting the mental health of police officers were: depression, anxiety disorders and burnout syndrome. Among the related factors, we can highlight the long working hours and the pressure suffered by these agents by security institutions and society. Finally, it is concluded about the importance of strategies for the inclusion of the debate related to the mental health of the Criminal Police Officer, as soon as they start their career, promoting psychological monitoring for the prevention and treatment of the mental disorders to which the Criminal Police Officer is exposed.

Keywords: Criminal Police. Mental health. Public Security.

¹ Bacharel em Direito, Policial Penal na Polícia Penal do Espírito Santo, especialização no Programa de Pós-Graduação em Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública.

² Autora, Bacharel em Ciências Policiais e Segurança Pública da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo, 2º Tenente na Polícia Militar do Espírito Santo, especialização no Programa de Pós-Graduação em Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública.

³ Orientadora, Bacharel em Ciências Biológicas, Pós-doutorado em Biotecnologia, professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Direitos Humanos e Segurança Pública.





1 INTRODUÇÃO

O impacto das condições da atividade laboral na saúde mental dos profissionais de segurança pública, especialmente dos policiais penais, é um campo de estudos crescente. Esses profissionais enfrentam uma carga de trabalho intensa e uma grande responsabilidade em sua função de garantir a segurança pública e o bem-estar da sociedade (Albuquerque; Araújo, 2018).

Sabe-se que a profissão de policial penal é uma das mais estressantes, pois envolve atividades de risco como custódia, segurança das unidades prisionais, escolta de detentos e rotinas operacionais. Além disso, os policiais penais estão frequentemente expostos a ambientes hostis, o que contribui para o desgaste psicológico (Silva; Alencar, 2023).

A sobrecarga emocional dos policiais penais é influenciada por múltiplos fatores, tanto internos quanto externos. As demandas emocionais do trabalho, como o enfrentamento de situações violentas, o contato com detentos em condições extremas e a constante pressão por segurança, podem levar ao estresse crônico, ansiedade, depressão e outros transtornos psicológicos (Bezerra; Assis; Constantino, 2016).

A falta de uma compreensão clara dos impactos da profissão na saúde mental dos policiais penais pode levar à subvalorização do problema e à ausência de políticas eficazes de cuidado e prevenção. Isso não só compromete a saúde desses profissionais, mas também pode afetar a segurança pública de forma geral, dado o desgaste emocional e físico enfrentado pelos trabalhadores (Silva; Alencar, 2023).

Assim, o estudo do impacto do trabalho na saúde mental do policial penal é necessário para preencher as lacunas existentes no conhecimento sobre a saúde mental dos policiais penais. A pesquisa também visa colaborar para a formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de trabalho desses profissionais, prevenindo o agravamento de doenças mentais e promovendo um ambiente laboral mais saudável.

Logo, esse estudo visa responder a seguinte questão de pesquisa: Quais são os reflexos do exercício da atividade laboral na saúde do policial penal? O objetivo principal deste trabalho é realizar uma revisão de literatura a fim de analisar as condições de trabalho e os impactos na saúde mental dos policiais penais bem como identificar a relação entre saúde mental e as condições de trabalho dos policiais penais além de investigar a influência





do ambiente e das jornadas de trabalho sobre o estado de saúde mental desses profissionais. Por fim, apresentar uma estratégia de atenção à saúde mental dos policiais penais.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi fundamentado por meio de uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de analisar as produções científicas sobre os impactos psicológicos e o desgaste da saúde mental dos policiais penais. A revisão integrativa permite verificar como a temática vem sendo abordada, identificar os principais focos de exploração e apontar possíveis lacunas no campo de estudo. As questões centrais que nortearam a pesquisa foram: quais são os reflexos do exercício da atividade laboral na saúde dos policiais penais? e qual a relação entre as condições de trabalho dos policiais penais e os agravos à saúde mental?

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa com o intuito de agregar informações que possibilitem novos conhecimentos e facilitem a inclusão de novas abordagens metodológicas. A revisão integrativa constitui um método amplo que organiza e sintetiza as pesquisas sobre um determinado tema, possibilitando um panorama mais completo sobre o assunto.

A metodologia adotada para a seleção dos materiais seguiu as etapas descritas abaixo:

- I. **Levantamento dos Materiais:** Realizou-se uma pesquisa nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO, utilizando-se descritores como "saúde mental", "agentes penitenciários", "policial penal" e "estresse".
- 2. **Leitura Seletiva:** Após a coleta de artigos, foram selecionados em 10 artigos. Destes, foram lidos 9 trabalhos dos quais foram selecionados 7 com base nos critérios de avaliação da plataforma qualis até o nível B2, considerando o impacto da revista e a qualidade do artigo. aqueles que não se encaixavam no critério foram excluídos.
- 3. Leitura exploratória: A partir do levantamento dos materiais foi feita uma leitura exploratória, com o objetivo de verificar em que medida o artigo analisado é relevante para pesquisa.
- 4. Seleção Final: Desses artigos, foram selecionados 7 para uma releitura aprofundada, com base na sua abrangência e pertinência ao tema, direcionando uma abordagem mais rigorosa contribuir significativamente para o avanço do conhecimento sobre o tema.

Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

5. 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O POLICIAL PENAL E SUAS ATRIBUIÇÕES

A profissão de Policial Penal é desafiadora e exige uma certa resiliência dos policiais penais para lidar com situações de alto risco e estresse. Esses profissionais desempenham um papel crucial na manutenção da segurança e ordem nas unidades prisionais. Além das atividades de vigilância e guarda, eles precisam ter um forte entendimento das leis e regulamentos, habilidades de comunicação eficazes e a capacidade de agir rapidamente em situações de emergência, como rebeliões ou tentativas de fuga (Noda et al., 2023).

Além disso, a situação do sistema prisional brasileiro, como destacado por Bezerra et al. (2021) é alarmante e reflete uma série de problemas estruturais. A superlotação das celas e as condições desumanas de confinamento são questões críticas que não só violam os direitos humanos, mas também dificultam a reintegração social dos detentos. A quantidade de presos provisórios (40%) e agravamento de conflitos entre rivais facções impactam o trabalho dos policiais penais (Conselho Nacional do Ministério Público, 2020).

Trata-se de um serviço com alto nível de periculosidade devido à exigência e sobrecarga, associados à superlotação dos estabelecimentos prisionais e ao déficit funcional de policiais nos presídios, como observado anteriormente, indicam a necessidade de analisar a saúde mental desses profissionais, e como o desenvolvimento ou agravamento de questões mentais podem repercutir, em última análise, nos serviços prestados pelos policiais (Silva et al., 2023).

3.2 O POLICIAL PENAL E SUA SAÚDE MENTAL

O trabalho policial evidencia a intensa carga emocional e psicológica que esses profissionais enfrentam (Dejours, 2005). A dificuldade em ver os resultados concretos de seu trabalho pode gerar uma sensação de frustração e impotência, contribuindo para o adoecimento psíquico. Essa falta de conclusão nas tarefas, somada à repetição constante de situações similares, pode intensificar o estresse e a ansiedade, tornando o trabalho ainda mais desgastante (Noda et al., 2023).

Além disso, essa realidade pode levar à desumanização do serviço, onde o policial se sente como um mero executor de funções, sem a capacidade de refletir sobre o impacto positivo de suas ações. O impacto emocional que isso pode gerar é um fator significativo

Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v. 10, n. 12, dez. 2024.

ISSN: 2675-3375





para o desenvolvimento de problemas de saúde mental. A pressão constante e a necessidade de lidar com situações traumáticas sem o suporte adequado intensificam esses desafios (Noda et al., 2023).

Longas jornadas de trabalho e a escassez de tempo para lazer agravam ainda mais a situação, limitando as oportunidades de recuperação emocional e física. A má organização das funções pode levar a sobrecargas e confusões, o que também aumenta a pressão e o estresse. Essa soma de fatores não apenas prejudica a saúde mental, mas também pode impactar diretamente a qualidade do trabalho realizado e a dinâmica dentro das instituições prisionais (Bezerra; Assis; Constantino, 2016).

A situação do policial penal é realmente complexa, uma vez que ele é constantemente avaliado em relação a características como dignidade e honestidade, o que coloca uma pressão intensa sobre sua conduta. Essas avaliações podem criar um ambiente de desconfiança, onde o profissional sente que precisa constantemente provar seu valor e integridade (Noda et al., 2023).

Esse contexto pode levar a uma inversão de valores, onde decisões que antes seriam claras e éticas podem se tornar nebulosas, fazendo com que o policial se sinta compelido a adotar comportamentos que contradizem seus princípios. Esse conflito interno pode resultar em estresse psicológico significativo e uma crise de identidade, afetando tanto o desempenho profissional quanto a saúde mental (Noda et al., 2023).

Ademais, estudos realizados no Brasil indicam que alto risco inerente à profissão, somado ao tempo de serviço, realmente contribui para níveis elevados de estresse, depressão e ansiedade. A exposição constante a situações de violência, a pressão psicológica e a falta de apoio adequado são fatores que podem agravar esses transtornos. O estudo do Rio Grande do Norte, que revelou que 23% dos agentes de segurança prisional apresentam algum transtorno psíquico sendo relacionado ao tempo de serviço (Rumin, 2006).

Entre os riscos apontados nos estudos citados anteriormente revela uma realidade complexa e multifacetada. Além da violência física, os profissionais estão expostos a doenças infecciosas, como HIV, hepatites B e C e tuberculose também estão presentes como risco na rotina de trabalho dos policiais penais (Rumin, 2006).

Adicionalmente, a saúde mental dos policiais penais é afetada por diversos fatores, como o medo pela segurança de seus familiares, o que pode gerar um estresse constante. A rotina monótona e o isolamento, frequentemente enfrentados nessa profissão, também





contribuem para a degradação da saúde mental. A percepção negativa que parte da sociedade ainda tem sobre o trabalho policial penal pode intensificar esses desafios, levando a sentimentos de desvalorização e isolamento social (Rumin, 2006).

Por fim, as consequências do adoecimento não são apenas individuais, mas se estendem ao âmbito social e econômico. A redução da capacidade laboral devido a transtornos mentais pode levar a um aumento dos afastamentos e, consequentemente, a uma maior pressão sobre os sistemas previdenciários (Siano et al., 2011).

Colaborando com o que foi exposto acima, os policias penais enfrentam condições extremamente desafiadoras que impactam sua saúde mental. A combinação de ambientes psicologicamente inadequados e infraestrutura precária contribui para um clima de estresse constante, onde a segurança e o bem-estar dos profissionais ficam comprometidos (Bezerra; Assis; Constantino, 2016).

3.3 IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DO POLICIAL PENAL

O adoecimento mental é tão comum na vida dos policiais que muitas vezes as muitas vezes os sinais de transtornos mentais são confundidos com aspectos da personalidade. Isso pode levar a uma falta de suporte e compreensão no ambiente de trabalho.

3580

A dificuldade em reconhecer os sintomas e verificar o problema atrasa a busca pelo diagnostico. Segundo um estudo realizado pela Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, as características mais comuns que passam despercebidas são: ansiedade, inquietação, rigidez, alterações no sono, desesperança, isolamento social e pessimismo (Noda et al., 2023).

Ademais, esses são alguns dos transtornos que os policiais vêm enfrentando:

Depressão

Segundo o DSM-5 (Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais), a depressão pode gerar alterações na saúde mental dos indivíduos, bem como dos policiais penais, tais como: alteração do humor, do estado psicológico, emocional e efetivo, gerando angústia, tristeza e perda do prazer da vida de maneira duradouro.





Esses sintomas são causados pelo nível de exigência e sobrecarga de trabalhos, esses fatores associados ao déficit funcional de policias penais nos presídios e o afastamento do lar corroboram para o desenvolvimento da doença (Noda *et al.*, 2023).

Transtorno de Ansiedade

Os policiais penais enfrentam um ambiente de trabalho altamente estressante, o que os torna vulneráveis a transtornos de ansiedade. Os sintomas podem variar de físicos, como palpitações, sudorese excessiva e tensão muscular, a psicológicos, incluindo preocupação excessiva e ataques de pânico (Tuckey; Boyd; Winefield, 2009).

As causas dos transtornos de ansiedade são multifatoriais. Fatores genéticos e experiências traumáticas, como eventos estressantes no trabalho ou na vida pessoal, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento desses transtornos (Associação Psiquiátrica Americana, 2013).

Síndrome de Burnout

A Síndrome de Burnout, ou Esgotamento Profissional, é uma condição preocupante, especialmente entre policiais penais, que enfrentam constantes pressões e riscos. Os sintomas físicos e psíquicos, como nervosismo e cansaço extremo, podem se agravar com o tempo, refletindo a intensidade da exposição ao estresse (Associação Psiquiátrica Americana, 2013). Essa doença está inserida no contexto da atividade laboral dos policiais penais, que frequentemente enfrentam situações de estresse extremo na sua atividade devido ao a sobrecarga de trabalho, falta de recursos materiais e humanos, nível de contato com os presos, superlotação, percepções sobre medo ou perigo, paradoxo punir/reeduca (Bezerra; Assis; Constantino, 2016).

Profissionais que trabalham em ambientes de alta pressão, como os da segurança pública, estão mais suscetíveis ao desenvolvimento da síndrome de Burnout, particularmente quando enfrentam situações traumáticas ou um nível elevado de estresse emocional, características comuns na função de policial penal (Tuckey; Boyd; Winefield, 2009).





Estresse Ocupacional

O termo estresse ocupacional designa estímulos que são gerados relacionados ao trabalho. O estresse ocupacional, especialmente no contexto dos policiais penais, é uma questão séria que pode desencadear diversos problemas de saúde mental, como depressão, ansiedade e síndrome de burnout (Associação Psiquiátrica Americana, 2013). Conforme destacado por Bonez, Moro e Sehnem (2013), as demandas do trabalho, combinadas com as condições precárias do sistema prisional e a indiferença da sociedade, contribuem significativamente para esse estresse.

Os policiais penais enfrentam uma série de sintomas decorrentes desse estresse, incluindo ansiedade, aumento do consumo de álcool, distúrbios do sono, dores musculares, alterações de humor, agitação e irritabilidade. Esses fatores não apenas afetam a saúde mental desses profissionais, mas também podem impactar sua performance no trabalho e sua qualidade de vida de forma geral (Noda et al., 2023).

3.4 ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS

O desenvolvimento de estratégias de enfrentamento para transtornos mentais entre policiais penais é, de fato, fundamental, dado o alto nível de estresse ocupacional e traumático que esses profissionais enfrentam. Mendes (2013) destaca a importância da assistência psicológica desde o início da carreira. A autopercepção em relação aos níveis e sintomas de estresse é fundamental para que os policiais possam identificar e gerenciar seu bem-estar mental ao longo do tempo.

Além disso, programas de formação que incluam treinamento sobre estresse e suas consequências com a inclusão da família podem ajudar a desenvolver habilidades de enfrentamento eficaz, pois o estresse e os traumas vivenciados pelos policiais muitas vezes afetam não apenas a eles, mas também seus entes queridos. Esse suporte ampliado pode ajudar a criar um ambiente mais saudável e resiliente, promovendo o bem-estar mental e emocional dos policiais penais e de suas famílias (Couto et al., 2012).

Os familiares dos policiais são inevitavelmente afetados pelo trabalho desses profissionais, tornando essencial que o acompanhamento psicológico se estenda a eles. Essa abordagem não apenas ajuda a mitigar os impactos do estresse ocupacional na vida familiar, mas também fortalece a rede de apoio do policial (Minayo, 2013).



Criar espaços de escuta e conversa é essencial para que os policiais possam compartilhar suas experiências e sentimentos. Esses ambientes seguros não apenas oferecem suporte emocional, mas também promovem a troca de estratégias de enfrentamento e a construção de uma cultura de cuidado mútuo. A oportunidade de discutir abertamente suas preocupações pode ajudar os policiais a processar suas emoções, reduzindo a sensação de isolamento e fortalecendo a resiliência (Pellegrini; Calais; Salgado, 2012).

Implementar grupos de apoio e atividades de conscientização sobre saúde mental é uma maneira eficaz de abordar esses desafios e preparar os policiais penais para lidar melhor com as exigências emocionais de sua profissão (Pellegrini; Calais; Salgado, 2012).

As medidas preventivas são fundamentais para ajudar os policiais penais a enfrentarem situações estressantes que podem surgir ao longo de suas carreiras. Dada a natureza do trabalho, que envolve riscos diários, como a possibilidade de morte, é natural que esses profissionais enfrentem medos e reflexões intensas sobre sua própria vida e a de seus familiares e colegas (Pellegrini; Calais; Salgado, 2012).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visa refletir sobre os riscos a que estão expostos os profissionais da segurança prisional, com ênfase no desenvolvimento e agravamento dos transtornos psíquicos entre os policiais penais. A reflexão baseia-se em evidências obtidas em pesquisas realizadas em diversas realidades dos estados brasileiros. Observa-se que os policiais penais, assim como outros profissionais da segurança pública, enfrentam alto risco de adoecimento psíquico devido às pressões e exigências diárias a que estão submetidos, incluindo a possibilidade de sofrer lesões ou até mesmo perder a vida.

A falta de atenção à saúde mental desses profissionais pode levar a elevados níveis de estresse e transtornos mentais, resultando em um aumento significativo de afastamentos relacionados a diagnósticos de depressão, transtornos de ansiedade, síndrome de Burnout, entre outros. Esses sofrimentos psíquicos não afetam apenas os profissionais, mas também seus familiares e círculos sociais.

Os estudos indicam a importância de implementar estratégias para prevenir ou minimizar o adoecimento mental, como a inclusão da saúde mental nos cursos de formação e a oferta de acompanhamento psicológico contínuo e preventivo para os profissionais e seus familiares, e não apenas quando as doenças já estão instaladas. O desenvolvimento de

Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v. 10, n. 12, dez. 2024.

ISSN: 2675-3375





habilidades sociais e a autopercepção da saúde mental também são identificados como estratégias essenciais para a manutenção da saúde mental dos profissionais.

É imperativo que as instituições de segurança pública ampliem e incentivem os serviços de apoio psicológico aos seus profissionais, abordem questões culturais de preconceito em relação ao acompanhamento psicológico e adotem estratégias preventivas e educativas sobre a saúde mental.

Em suma, o apoio psicológico preventivo pode desempenhar um papel vital na prevenção e minimização das agressões mentais enfrentadas diariamente pelos policiais penais, contribuindo para uma melhor qualidade de vida desses profissionais e, consequentemente, para uma prestação de serviços mais eficiente à sociedade.

5 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Deisiane Rodrigues; ARAÚJO, Marley Rosana Melo de. Precarização do trabalho e prevalência de transtornos mentais em agentes penitenciários do estado de Sergipe. **Revista Psicologia e Saúde**, 2018.

American Psychiatric Association. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 (5a ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed.

BEZERRA, Cláudia de Magalhães; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patricia. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 2135-2146, 2016.

BONEZ, Aline; DAL MORO, Elisamara; SEHNEM, Scheila Beatriz. Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense. **Psicologia Argumento**, v. 31, n. 74, 2013.

DEJOURS, C. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. (Orgs.) Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2007.

COUTO, Gleiber et al. Saúde mental do policial militar: Relações interpessoais e estresse no exercício profissional. **Psicologia argumento**, v. 30, n. 68, 2012.

DE SOUSA PELLEGRINI, Carla Fernanda; CALAIS, Sandra Leal; SALGADO, Manoel Henrique. Habilidades sociais e administração de tempo no manejo do estresse. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 64, n. 3, p. 110-129, 2012.

Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo. Uma Análise Crítica Sobre Suicídio Policial. São Paulo: setembro 2019. Disponível em:

http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2019/09/suicidiopolicial_aprovacao_mariano.pdf . Acesso em: 12 set. 2024.



Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE



MENDES, Evaristo de Oliveira. A saúde psicossocial na segurança pública brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso-Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra-Rio de Janeiro: ESG, 2013

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Condições de vida, saúde e trabalho dos profissionais de segurança pública. **Rev. Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, mar. 2013.

NODA, André Ferreira et al. Transtornos mentais e a atividade do policial penal. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 3, p. 1163-1174, 2023.

Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo. **Uma Análise Crítica Sobre Suicídio Policial. São Paulo: setembro 2019.** Disponível em: http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2019/09/suicidiopolicial_aprovacao_mariano.pdf . Acesso em: 12 set. 2024.

RUMIN, Cassiano Ricardo. Sofrimento na vigilância prisional: o trabalho e a atenção em saúde mental. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, p. 570-581, 2006.

SIANO, Adriana Kelmer *et al.* Influência de alterações normativas da Previdência Social sobre o perfil de concessão de auxílio-doença relativo a transtornos mentais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 2189-2198, 2011.

SILVA, Romênia Aquino; ALENCAR, Anderson Rocha. A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE PRISIONAL NA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIS. Facit Business and Technology Journal, v. 2, n. 45, 2023.

3585

Transtornos mentais e a atividade do policial penal. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 9, n. 03, p. 1163-1174, 2023.

Tuckey, M. R., Boyd, C. M., & Winefield, A. H. (2009). Occupational stress in police officers: A review of the literature. *International Journal of Stress Management*, 16(4), 260-280. https://doi.org/10.1037/a0016941